

SUMÁRIO

PARTE I

PRESSUPOSTO

CAPÍTULO I

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – LINDB

40

1. Noções introdutórias e funções da LINDB	40
2. Vigor normativo	41
2.1. Princípio da Continuidade ou Permanência	46
2.2. Repristinação	50
3. Obrigatoriedade das normas	51
4. Integração normativa	53
4.1. Analogia	55
4.2. Costumes	56
4.3. Princípios Gerais do Direito	57
5. Interpretação normativa	58
6. Aplicação da lei no tempo ou direito intertemporal	60
6.1. Direito adquirido	61
6.2. Coisa julgada	61
6.3. Ato Jurídico Perfeito	63
7. Eficácia da lei no espaço ou direito espacial	64
7.1. Estatuto Pessoal	65
7.2. Sucessão do Estrangeiro	66
7.3. Bens	68
7.4. Obrigações Internacionais	68
7.5. Pessoas Jurídicas Internacionais	69
7.6. Competência e Meios Probatórios	70
7.7. Sentenças estrangeiras, cartas rogatórias, divórcios e laudos periciais estrangeiros podem ser cumpridos no Brasil?	70
8. interpretação pelos agentes públicos	72

PARTE II**PARTE GERAL****CAPÍTULO I****INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL..... 78**

1. Conceito 78
2. O código civil de 1916 78
3. O código civil de 2002 79
4. Eticidade, socialidade e operabilidade 80
 - 4.1. A Eticidade 80
 - 4.2. A Socialidade 81
 - 4.3. A Operabilidade 81
5. Direito civil-constitucional 82

CAPÍTULO II**PESSOA FÍSICA, NATURAL OU DE EXISTÊNCIA VISÍVEL..... 84**

1. Uma noção prévia: a personalidade jurídica 84
2. Pessoa física ou natural ou de existência visível: conceito 86
 - 2.1. Aquisição da Personalidade Jurídica pela Pessoa Natural 88
 - 2.2. O Nascituro 90
 - 2.2.1. Hipóteses Legais de Tutela dos Direitos do Nascituro 91
 - 2.3. Natimorto 92
 - 2.4. Capacidade 93
 - 2.4.1. Capacidade de direito 93
 - 2.4.2. Capacidade de fato 94
 - 2.4.3. Teoria das Incapacidades 95
 - 2.4.3.1. Incapacidade absoluta 101
 - 2.4.3.2. Incapacidade relativa 102
3. Emancipação 104
4. Estado da pessoa física 107
5. Extinção da pessoa física ou natural 107
 - 5.1. Morte Real 107
 - 5.2. Morte Presumida 108
 - 5.2.1. Morte Presumida sem Declaração de Ausência 108
 - 5.2.2. Com Procedimento de Ausência 109
 - 5.3. Comoriência ou Morte Simultânea 111

CAPÍTULO III**PESSOA JURÍDICA 115**

1. Conceito 115
2. Natureza da pessoa jurídica e teorias explicativas 116
 - 2.1. Teoria Negativista 117

2.2.	Teorias Afirmativas.....	117
2.2.1.	Teoria da Ficção.....	117
2.2.2.	Teorias da Realidade	118
2.2.3.	Teoria da Realidade Técnica ou da Realidade Jurídica (Geny, Saleilles, Ferrara)	118
3.	Surgimento da pessoa jurídica. Aquisição da Personalidade Jurídica.....	119
4.	O que são entes despersonalizados?.....	120
5.	Princípio da separação ou independência ou autonomia	122
6.	Desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica (“disregard doctrine” ou “disregard of legal entity”).....	124
6.1.	Disciplina no Código Civil	125
6.2.	Regras Específicas da Desconsideração nos Demais Ramos do Direito Brasileiro ...	130
6.3.	Observações Finais sobre a Desconsideração.....	132
6.4.	O Código de Processo Civil e a Desconsideração da Personalidade Jurídica da Pessoa Jurídica.....	134
7.	Representação da pessoa jurídica	136
8.	Classificação da pessoa jurídica.....	137
8.1.	Quanto à nacionalidade: Nacional ou Estrangeira	137
8.2.	Quanto à Atividade Executada ou Funções.....	138
8.2.1.	Pessoas Jurídicas de Direito Público	138
8.2.2.	Pessoas Jurídicas de Direito Privado---	140
8.2.2.1.	Quanto à estrutura interna.....	141
8.2.2.1.1.	Corporações (<i>universitas personarum</i>).....	141
8.2.2.1.2.	Fundações (<i>universitas bonorum</i>).....	151
9.	Extinção da pessoa jurídica	154

CAPÍTULO IV

DIREITOS DA PERSONALIDADE 155

1.	Introdução	155
2.	Conceito	156
3.	Características	161
3.1.	Indisponíveis.....	161
3.2.	Absolutos	163
3.3.	Extrapatrimoniais.....	163
3.4.	Inatos.....	163
3.5.	Imprescritíveis.....	164
3.6.	Vitalícios.....	165
4.	Tutela processual	167
4.1.	Tutela Preventiva.....	167
4.2.	Tutela Repressiva.....	168
4.3.	Mecanismos Específicos de Tutela Aplicáveis aos Direitos da Personalidade.....	168
5.	Classificação	172
5.1.	Pilar da Integridade Física	173

5.2.	Integridade Psíquica ou Moral.....	189
5.2.1.	Imagem	189
5.2.2.	Vida Privada ou Privacidade.....	197
5.2.2.1	Proteção de Dados	202
5.2.3.	Honra.....	206
5.2.4.	Nome	207
5.3.	Integridade Intelectual	211
5.3.1.	A Distinção entre Direitos Autorais e Propriedade Industrial	211
5.3.2.	A Propriedade Industrial	213
5.3.3.	Direitos Autorais.....	214
6.	Direito da personalidade da pessoa jurídica	215

CAPÍTULO V

DOMICÍLIO 220

1.	Introdução, natureza jurídica e visão no Código Civil de 2002.....	220
2.	Domicílio da pessoa natural	222
2.1.	O Conceito	222
2.1.1.	Domicílio Pessoal	222
2.1.2.	Domicílio Profissional da Pessoa Natural	224
2.1.3.	Domicílio Aparente ou Ocasional.....	225
3.	Domicílio da pessoa jurídica.....	225
3.1.	O Domicílio da Pessoa Jurídica de Direito Privado.....	225
3.2.	O Domicílio da Pessoa Jurídica de Direito Público.....	226
4.	Classificação do domicílio	227

CAPÍTULO VI

BENS JURÍDICOS 230

1.	Introdução	230
1.1.	Distinção entre bens e coisas	230
1.2.	Distinção entre patrimônio objetivo e subjetivo	231
1.3.	Conceito de bens jurídicos	232
2.	Classificação dos bens.....	232
2.1.	Bens considerados em si mesmos.....	233
2.1.1.	Imóveis	233
2.1.2.	Móveis.....	235
2.1.3.	Fungíveis e Infungíveis.....	236
2.1.4.	Consumíveis e Inconsumíveis	237
2.1.5.	Divisíveis e Indivisíveis	237
2.1.6.	Singulares e Coletivos.....	237
2.2.	Bens reciprocamente considerados.....	238
2.3.	Bens públicos e particulares.....	242

CAPÍTULO VII**TEORIA DO FATO, ATO E NEGÓCIO JURÍDICO 246**

1. Fato jurídico x fato material.....	246
1.1. Classificação dos fatos jurídicos.....	247
1.1.1. Fatos Naturais (ou Fato Jurídico em Sentido Estrito ou <i>stricto sensu</i>).....	247
1.1.2. Fatos Humanos ou Ato Jurídico.....	248
2. Negócios jurídicos.....	252
2.1. Plano de Existência.....	254
2.2. Plano de Validade.....	254
2.2.1. Teoria das Invalididades ou das Nulidades.....	258
2.2.2. Princípio da Conservação dos Atos e Negócios Jurídicos.....	268
2.3. Plano de Eficácia.....	270
3. Classificação.....	277
3.1. Quanto à declaração de vontade.....	277
3.2. Quanto ao benefício alcançado.....	278
3.3. Quanto à duração do Negócio.....	278
3.4. Quanto à Forma.....	279
3.5. Quanto à causa.....	279
3.6. Quanto ao alcance dos efeitos do negócio.....	279
4. Representação no negócio jurídico.....	280
4.1. Representação direta e indireta.....	280
4.2. Representação convencional e legal.....	281
4.3. Anulação por conflito de interesses.....	283
5. Defeitos OU VÍCIOS do Negócio Jurídico.....	283
5.1. Vícios de consentimento.....	285
5.2. Vícios Sociais.....	297
6. Negócios Jurídicos Processuais.....	307

CAPÍTULO VIII**PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA..... 313**

1. Noções introdutórias.....	313
2. Prescrição como ato-fato jurídico: conceito e requisitos.....	314
2.1. Normas gerais sobre a prescrição.....	320
2.2. Prazos prescricionais.....	324
2.3. Prescrição intercorrente.....	333
2.4. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição.....	334
2.5. Lembretes finais sobre prescrição.....	343
2.6. Prescrição e institutos afins.....	345
3. Decadência (ou caducidade): conceito, objeto e efeitos.....	345
3.1. Importantes Observações Correlatas.....	348
4. Direito intertemporal.....	348
5. Diferenças entre Prescrição e Decadência.....	349

CAPÍTULO IX**PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO..... 351**

1. Introito.....	351
2. Prova e forma: qual a relação jurídica entre os institutos?	352
3. Meios de prova: tratamento no código civil de 2002.....	354
4. Confissão	356
5. Documento	357
6. Testemunha.....	362
7. Presunções.....	364
8. Perícias	365

PARTE III**PARTE ESPECIAL****OBRIGAÇÕES****CAPÍTULO I****INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES..... 368**

1. Conceito e processo obrigacional.....	368
2. Relações Patrimoniais	370
2.1. Zona de Confluência: Obrigações <i>Propter Rem</i> , Obrigações de Ônus Real e Obrigações de Eficácia Real	375
3. Distinção dos Direitos da Personalidade	379
4. Terminologias Importantes.....	380
4.1. Dever Jurídico.....	380
4.2. Estado de Sujeição.....	381
4.3. Responsabilidade.....	381
4.4. Ônus Jurídico	382

CAPÍTULO II**ESTRUTURA OU ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA OBRIGAÇÃO..... 383**

1. Estrutura ou Elementos Constitutivos da Obrigação	383
1.1. Elemento Subjetivo ou Pessoal da Obrigação: Sujeitos da Relação Obrigacional....	383
1.2. Elemento Objetivo ou Material da Obrigação: A Prestação	385
1.3. Elemento Imaterial, Virtual ou Espiritual da Obrigação: Vínculo Jurídico.....	386
2. A Causa nas Obrigações	390
3. Fonte das Obrigações	391
3.1. Fontes Históricas do Direito Romano	391
3.2. Fontes Modernas das Obrigações	391
3.3. Fontes Contemporâneas das Obrigações.....	392

CAPÍTULO III

CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES 394

1. Nota Introdutória.....	394
2. Classificação das Obrigações Consideradas em si Mesmo: Obrigações Morais, Cíveis e Naturais	394
3. Classificação Quanto ao Objeto. Também Chamada de Classificação Básica das Obrigações...	396
3.1. Obrigação de Dar (<i>Obligatio Ad Dandum</i>)	396
3.1.1. Obrigação de Dar Coisa Certa.....	397
3.1.2. Obrigação de Dar Dinheiro (Pecuniária).....	400
3.1.3. Obrigação de Dar Coisa Incerta ou Genérica.....	401
3.2. Obrigação de Fazer (<i>Obligatio Ad Faciendum</i>)	402
3.3. Obrigação de Não Fazer (<i>Obligatio Ad Non Faciendum</i>)	406
4. Classificação Quanto à Presença dos Elementos Obrigacionais	408
4.1. Obrigações Compostas pela Multiplicidade de Objetos.....	408
4.2. Obrigações Compostas Pela Multiplicidade de Sujeitos	410
4.2.1. Da Solidariedade Ativa	412
4.2.2. Da Solidariedade Passiva.....	416
4.2.3. Da Solidariedade Complexa, Mista ou Recíproca.....	419
5. Classificação Quanto à Divisibilidade do Objeto	419
6. Classificação Quanto ao Fim: Obrigações de Meio, Resultado e Garantia.....	420
7. Classificação Quanto à Liquidez.....	422
8. Classificação quanto à Presença do Elemento Acidental.....	424
9. Classificação quanto à Dependência	425
10. Classificação quanto ao Momento de Cumprimento	425

CAPÍTULO IV

DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

(TEORIA DO PAGAMENTO DIRETO) 426

1. Nota Introdutória: Natureza Jurídica e Requisitos de Validade do Pagamento	426
2. Elementos Subjetivos do Adimplemento.....	428
2.1. Quem Deve Pagar (<i>solvens</i>)?	428
2.2. A Quem Pagar (<i>accipiens</i>)?.....	431
3. Elementos Objetivos do Pagamento	433
3.1. Do Objeto do Pagamento	434
3.2. Da Prova do Pagamento	437
3.3. Do Lugar do Pagamento	439
3.4. Do Tempo do Pagamento.....	440

CAPÍTULO V

AINDA SOBRE O ADIMPLEMENTO E A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES..... 442

1. Nota Introdutória.....	442
---------------------------	-----

2.	Consignação em Pagamento	443
2.1.	Quando é possível o uso da Consignação em Pagamento?	443
2.2.	Procedimento da Consignatória	446
2.2.1.	Consignação Extrajudicial ou Bancária	446
2.2.2.	Consignação Judicial em Pagamento	447
3.	Imputação em Pagamento	449
4.	Pagamento com Sub-rogação	451
5.	Dação em Pagamento	454
6.	Novação	456
6.1.	Novação Objetiva ou Real	458
6.2.	Novação Subjetiva ou Pessoal (Ativa, Passiva ou Mista)	458
6.3.	Novação Mista	459
7.	Compensação	459
8.	Confusão	462
9.	Remissão	463

CAPÍTULO VI

A CRISE DAS OBRIGAÇÕES: TEORIA

DO INADIMPLEMENTO 466

1.	A Crise Obrigacional e a Dignidade da Pessoa Humana	466
1.1.	A Superação da Prisão Civil e a Súmula Vinculante 25	467
1.2.	Inadimplemento Absoluto x Inadimplemento Relativo	470
1.2.1.	A Teoria da Substantial Performance e a Resolução por Inadimplemento... ..	471
2.	Mora	473
2.1.	Mora do Devedor (<i>solvendi</i>)	474
2.2.	Mora do Credor (<i>accipiendi</i>)	475
2.3.	Constituição em Mora	475
2.4.	Purgação (emenda) da Mora	477
2.5.	Violação Positiva do Contrato (adimplemento ruim ou insatisfatório)	479
3.	Juros	479
3.1.	Juros de Mora	481
3.2.	Juros Compensatórios	482
4.	Cláusula Penal (multa contratual ou pena convencional)	484
5.	Arras ou Sinal	490

CAPÍTULO VII

TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES 493

1.	Introdução	493
2.	Cessão de Crédito	494
3.	Assunção De Dívida ou Cessão De Débito	501
4.	Cessão de Posição Contratual	504

PARTE IV**PARTE ESPECIAL****RESPONSABILIDADE CIVIL****CAPÍTULO I****INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE CIVIL..... 510**

1.	Introdução	510
2.	A História da Responsabilidade Civil.....	511
2.1.	Fase Pré-Romana.....	512
2.2.	Fase Romana	512
2.3.	Direito Francês.....	513
2.4.	O Direito Português.....	513
2.5.	O Direito Brasileiro.....	513
3.	A Natureza Jurídica	514
4.	Função	515
5.	Fundamentos	515
6.	A Culpa.....	516
7.	Conceitos Básicos	517
7.1.	Responsabilidade Jurídica e Responsabilidade Moral	517
7.2.	A Responsabilidade Jurídica: Responsabilidade Civil e Penal	517
7.3.	Responsabilidade Contratual e Extracontratual	519
7.4.	Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva	520
7.5.	Responsabilidade Civil Por Ato Lícito e Ilícito	521
7.6.	A Responsabilidade Pressuposta	524

CAPÍTULO II**ELEMENTOS GERAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL 525**

1.	Introdução	525
2.	Conduta Humana	526
3.	Dano ou Prejuízo	527
3.1.	Requisitos Configuradores do Dano.....	529
3.2.	O Dano Patrimonial ou Material	530
3.3.	A Perda de uma Chance	533
3.4.	O Dano Extrapatrimonial ou Imaterial	535
3.5.	Dano Estético	543
3.6.	Dano Reflexo, Oblíquo ou Ricochete.....	544
3.7.	Danos Coletivos, Difusos e Interesses Individuais Homogêneos	544
3.8.	Responsabilidade Civil Pela Perda do Tempo Livre ou Desvio Produtivo de Consumo	545
4.	Nexo de Causalidade	547
4.1.	Teoria da Equivalência das Condições ou do Histórico dos Antecedentes ou da <i>Conditio Sine Qua Non</i>	548

4.2.	Teoria da Causalidade Adequada	548
4.3.	Teoria da Causalidade Direta ou Imediata	549
4.4.	Qual a Teoria Adotada pelo Código Civil?.....	549
4.5.	Concausas ou Concausalidade ou Causalidade Múltipla ou Causalidade Comum...	551

CAPÍTULO III

EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL 553

1.	Conceito e Objeto de Estudo	553
2.	Estado de Necessidade	553
3.	Legítima Defesa.....	555
4.	Exercício Regular de Direito.....	557
5.	Caso Fortuito e Força Maior.....	559
6.	Culpa Exclusiva ou Fato Exclusivo da Vítima	562
7.	Fato de Terceiro.....	564
8.	Cláusula de Não Indenizar	567

CAPÍTULO IV

RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E OBJETIVA 570

1.	Responsabilidade Civil Subjetiva	570
1.1.	O Dolo e a Culpa.....	571
1.1.1.	Modalidades de Culpa	571
1.2.	As Hipóteses de Responsabilidade Civil Subjetiva	573
1.2.1.	Incapaz	573
1.2.2.	Credor de Dívida Não Vencida ou Já Paga (Cobrança Indevida)	575
1.2.3.	Homicídio e Incapacidade Laboral.....	576
1.2.4.	Ofensa à Saúde	578
1.2.5.	Usurpação ou Esbulho.....	581
1.2.6.	Injúria, Difamação ou Calúnia.....	582
1.2.7.	Ofensa à Liberdade Pessoal	584
2.	Responsabilidade Civil Objetiva	585
2.1.	O Advento da Teoria do Risco na Atual Codificação	586
2.2.	Hipóteses de Responsabilidade Civil Objetiva no Código	587
2.2.1.	A Responsabilidade Civil dos Empresários e das Empresas	587
2.2.2.	A Responsabilidade Civil por Ato de Terceiro	589
2.2.3.	A Responsabilidade Civil por Fato do Animal e por Fato da Coisa.....	593
3.	A Lei Federal nº 13.188/15 e o Direito de Resposta	596
4.	Lei de Bullying (Lei Federal 13.185/15)	599

CAPÍTULO V

EFEITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS 601

1.	Noções Gerais	601
----	---------------------	-----

2.	A Relação de Trabalho	602
2.1.	A Relação de Emprego	602
3.	Desdobramentos Juslaborais da Responsabilidade Civil	604
3.1.	Responsabilidade Civil do Empregador ou Comitente por Atos dos seus Empregados, Serviçais ou Prepostos.....	604
3.2.	Responsabilidade Civil do Empregado, Serviçal ou Preposto em Face do Empregador ou Comitente.....	605
3.3.	Responsabilidade Civil do Empregador por Dano ao Empregado (não pelo empregado).....	606
3.4.	Responsabilidade Civil Decorrente de Acidente do Trabalho	606
3.5.	Responsabilidade Civil em Relações Triangulares de Trabalho (Terceirização)	608
3.6.	O Assédio Moral	609
4.	Incapacidade Laboral e Pensionamento Ressarcitório.....	609

PARTE V

PARTE ESPECIAL

CONTRATOS

(TEORIA GERAL E CONTRATOS EM ESPÉCIE)

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

CAPÍTULO I

O UNIVERSO DOS CONTRATOS 612

1.	A Importância dos Contratos e a sua Evolução Histórica.....	612
2.	O Conceito e a Natureza Jurídica dos Contratos. O Diálogo das Fontes.....	614
3.	A Visão Geral dos Contratos no Código Civil	617
4.	A Forma e a Prova dos Contratos.....	617

CAPÍTULO II

OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS 619

1.	Introdução: O Estado Principiológico	619
2.	Princípio da Autonomia. Da Autonomia da Vontade à Autonomia Privada	620
3.	Princípio do Relativismo ou da Relatividade dos Efeitos do Contrato.....	626
3.1.	Estipulação em Favor de Terceiros ou Contrato em Favor de Terceiro.....	628
3.2.	Promessa de Fato de Terceiro, Contrato por Terceiro ou Contrato por Outrem	632
3.3.	Contrato com Pessoa a Declarar ou a Nomear.....	635
3.4.	Contrato com Eficácia Protetiva para Terceiros e Teoria do Contrato Social	637
4.	Princípio da Força Obrigatória, Intangibilidade ou Força Vinculante dos Contratos. O <i>Pacta Sunt Servanda</i>	638
4.1.	Teoria da Imprevisão e Análise da Onerosidade Excessiva.....	639

5.	Princípio da Boa-Fé.....	648
5.1.	Conceitos Parcelares da Boa-Fé Objetiva.....	656
5.1.1.	<i>Nemo Potest Venire Contra Factum Proprium</i> . A Proibição do Comportamento Contraditório.....	656
5.1.2.	<i>Supressio e Surrectio</i>	658
5.1.3.	<i>Tu Quoque</i>	660
5.1.4.	<i>Exceptio doli</i>	661
5.1.5.	Cláusula de Stoppel ou de Estoppel.....	662
5.1.6.	<i>Duty to Mitigate the Own Loss</i>	662
5.1.7.	<i>Narchfrist</i>	663
6.	Princípio da Função Social dos Contratos. A Tutela Interna e Externa do Crédito.....	664
7.	Princípio da Equivalência Material ou da Justiça Contratual.....	672

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO DOS CONTRATOS..... 675

1.	A Importância dos Contratos e a sua Evolução Histórica.....	675
2.	Tratativas, Negociações Preliminares ou Fase de Pontuação (<i>Pontuazione</i>).....	676
3.	Proposta, Oferta ou Policitização.....	679
4.	Aceitação ou Oblação.....	686

CAPÍTULO IV

A INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS..... 691

1.	Noções Introdutórias.....	691
2.	Regras de Interpretação.....	692
3.	A INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS DE ADESÃO.....	697

CAPÍTULO V

CONTRATO PRELIMINAR..... 700

1.	Introdução, Conceito e Natureza Jurídica.....	700
2.	Disciplina Jurídica no Vigente Código Civil.....	702
3.	Classificação do Contrato Preliminar.....	705
4.	É Possível a Promessa de Doação?.....	706
5.	A Promessa de Compra e Venda de Imóveis e o Direito Real de Aquisição.....	711

CAPÍTULO VI

VÍCIOS REDIBITÓRIOS..... 720

1.	Conceito e Elementos Caracterizadores.....	720
2.	Tutela Jurídica do Lesado.....	724

CAPÍTULO VII

EVICÇÃO..... 730

1.	Conceito, Fundamento e Personagens.....	730
2.	Requisitos Configuradores da Evicção.....	731
3.	Direitos do Evicto.....	738
4.	Como Exercitar a Prerrogativa da Evicção?.....	742

CAPÍTULO VIII

A EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO (<i>EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS</i>).....	746
1. Introdução, Conceito e Natureza Jurídica.....	746
2. Elementos Caracterizadores.....	749
3. Restrição da Aplicação do Instituto.....	750
4. Exceção de Reforço de Garantia	752

CAPÍTULO IX

EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....	755
1. Introdução	755
2. Sistematização do Tema	756
3. Extinção Natural (Normal) dos Contratos.....	756
4. Extinção Anormal dos Contratos.....	757
4.1. Extinção Anormal por Causa Anterior ou Contemporânea à Formação do Contrato.....	757
4.2. Extinção Anormal por Causa Superveniente à Formação dos Contratos	761
4.2.1. Resilição	761
4.2.2. Resolução	767
4.2.3. Rescisão	774
4.2.4. O Distrato Imobiliário.....	775

CAPÍTULO X

O DIREITO INTERTEMPORAL E OS CONTRATOS.....	783
--	------------

PARTE VI**PARTE ESPECIAL****CONTRATOS EM ESPÉCIE****CAPÍTULO I**

COMPRA E VENDA	790
1. Nota Introdutória: Conceito e Natureza Jurídica	790
2. Elementos da Compra e Venda.....	793
2.1. Consentimento	793
2.1.1. Venda de Ascendente para Descendente.....	794
2.1.2. Venda de Imóvel por Pessoa Casada: Outorga Conjugal.....	796
2.1.3. Venda entre cônjuges	800
2.1.4. Venda de Bem Condominial e Venda de Fração Ideal de Condomínio....	801
2.1.5. Nulidade da Venda Realizada por Administrador de Bens Alheios.....	803
2.2. Preço.....	804
2.3. Coisa.....	807

3.	Efeitos Principais da Compra e Venda	808
3.1.	Vícios Redibitórios.....	809
3.2.	Perda ou Deterioração da Coisa.....	809
3.3.	Despesas com a Tradição e com o Registro Civil.....	810
4.	Situações Especiais de Compra e Venda.....	811
4.1.	Venda por Amostras	811
4.2.	Venda <i>ad corpus</i> e Venda <i>ad mensuram</i>	812
5.	Cláusulas Especiais (Adjetas) na Compra e Venda.....	813
5.1.	Retrovenda.....	813
5.2.	Venda à Contento e Venda Sujeita à Prova	815
5.3.	Preempção ou Preferência Convencional	816
5.4.	Venda com Reserva de Domínio	817
5.5.	Venda sobre Documentos.....	818
5.6.	Venda de Coisas Conjuntas	818

CAPÍTULO II

TROCA OU PERMUTA (ESCAMBO, BARGANHA OU PERMUTAÇÃO) 819

1.	Conceito, Classificação e Natureza Jurídica	819
2.	Sujeitos e Objeto	820
3.	Regime Jurídico: Aplicação Subsidiária das Normas da Compra e Venda	820

CAPÍTULO III

CONTRATO ESTIMATÓRIO 823

1.	Conceito e Histórico	823
2.	Modalidade Obrigacional: Obrigação Alternativa ou Facultativa?	827
3.	Características	829
4.	Regras Específicas	830

CAPÍTULO IV

DOAÇÃO 835

1.	Nota Introdutória: Conceito e Natureza Jurídica	835
1.1.	O Problema da Aceitação	837
2.	Objeto da Doação	838
3.	Promessa de Doação.....	839
4.	Espécies de Doação	840
5.	Restrições Legais.....	851
6.	Da Extinção do Contrato de Doação: Hipóteses Gerais e Hipóteses Específicas.....	852
6.1.	Revogação por Descumprimento de Encargo	852
6.2.	Revogação por Ingratidão do Donatário.....	853

CAPÍTULO V

LOCAÇÃO DE COISAS 855

1.	Nota Introdutória: Conceito, Elementos e Natureza Jurídica.....	855
2.	Obrigações do Locador.....	857
3.	Obrigações do Locatário.....	860

4.	Locação por Tempo Determinado	862
5.	A Alienação do Bem Durante a Locação	863
6.	A Morte dos Contratantes	864
7.	Legislação Extravagante: Locação de Imóveis Urbanos	865
7.1.	Incidência da Norma	866
7.2.	A Solidariedade e a Sublocação	867
7.3.	O Prazo de Vigência do Contrato e a Vênia Conjugal	868
7.4.	As Hipóteses de Desfazimento do Contrato e as Situações em que o Contrato não será Extinto	868
7.5.	O Aluguel	869
7.6.	Obrigações do Locador	869
7.7.	Obrigações do Locatário	870
7.8.	Direito de Preferência	872
7.9.	As Benfeitorias	873
7.10.	Garantias Locatícias	873
7.11.	Penalidades Criminais e Cíveis	875
7.12.	Locação Residencial	875
7.13.	Locação para Temporada	875
7.14.	Locação não Residencial. A Renovação Compulsória	876
7.15.	Aspectos Processuais	878
8.	Extinção da Locação	883

CAPÍTULO VI

EMPRÉSTIMO..... 885

1.	Nota Introdutória: Conceito e Natureza Jurídica	885
2.	Do Comodato e seu Regime Jurídico	886
2.1.	Caracteres do Contrato de Comodato	890
2.2.	Dos Direitos e Deveres do Comodatário	891
2.3.	Dos Direitos e Deveres do Comodante	892
2.4.	Extinção do Comodato	892
3.	Do Mútuo e do seu Regime Jurídico	893
3.1.	Mútuo Feneratício (Oneroso)	893
3.2.	Extinção do Mútuo	894

CAPÍTULO VII

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS..... 895

1.	Nota Introdutória: Direito do Trabalho x Direito Civil. O Art. 114 da CF e o Art. 593 do CC. Conceito e Natureza Jurídica da Prestação de Serviço	895
2.	O Objeto da Prestação de Serviço	896
3.	A Forma e a Assinatura a Rogo	897
4.	A Retribuição (Remuneração, Preço, Honorários, Soldadas ou Salário): Fixação e Momento do Pagamento	898
5.	A Duração do Contrato e a Possibilidade de Renovação	899
6.	A Extinção do Contrato	900

CAPÍTULO VIII**EMPREITADA..... 904**

1. Nota Introdutória. Conceito, Sujeitos e Natureza Jurídica da Empreitada.....	904
2. Modalidades de Empreitada	906
2.1. Empreitada de Trabalho.....	907
2.2. Empreitada Mista ou de Materiais.....	908
2.3. Empreitada por Administração.....	908
2.4. <i>Engineering</i>	908
3. A Conclusão da Obra e a Responsabilidade Civil.....	909
4. Do Preço da Empreitada.....	911
5. Extinção da Empreitada.....	914

CAPÍTULO IX**MANDATO..... 915**

1. Nota Introdutória: Conceito, Natureza Jurídica e Diferença entre Mandato e Procuração	915
2. Mandato Expresso x Mandato Tácito.....	917
3. Classificação	918
3.1. Quanto à Origem: Mandato Legal, Judicial e Convencional.....	918
3.2. Quanto à Remuneração.....	919
3.3. Quanto aos Sujeitos	919
3.4. Quanto à Forma.....	920
3.5. Quanto aos Poderes: Geral e Especial	921
4. O Mandato no Plano da Eficácia.....	921
4.1. Atos Praticados por quem não tenha Mandato	922
4.2. Os Atos Praticados pelo Mandatário em Nome Próprio (e não em Nome do Mandante)	922
4.3. O Direito de Retenção	922
4.4. O Exercício em Excesso dos Poderes do Mandato.....	923
4.5. A Legitimação para Celebrar Mandato	923
4.6. Substabelecimento.....	923
5. Mandato Judicial.....	924
6. Das Obrigações do Mandatário	926
7. Das Obrigações do Mandante	927
8. Irrevogabilidade do Mandato.....	928
8.1. A Irrevogabilidade Relativa ou Mitigada pela Autonomia Privada.....	929
8.2. A Irrevogabilidade Absoluta ou Imposta por Norma de Ordem Pública	929
9. Da Extinção do Mandato	930

CAPÍTULO X**COMISSÃO 932**

1. Histórico e Conceito	932
2. Remuneração	933

3.	Diferenciações Relevantes	934
3.1.	Contrato de Comissão <i>versus</i> Contrato de Mandato	934
3.2.	Contrato de Comissão <i>versus</i> Contrato de Agência e Distribuição	935
3.3.	Contrato de Comissão <i>versus</i> Contrato de Corretagem	935
3.4.	Contrato de Comissão <i>versus</i> Contrato Estimatório	935
3.5.	Contrato de Comissão <i>versus</i> Contrato de Franquia	935
4.	Direitos e Deveres do Comissário	936
5.	Direitos e Deveres do Comitente	939
6.	Extinção	939

CAPÍTULO XI

AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO 941

1.	Histórico e Conceito	941
2.	Traços Marcantes do Contrato de Agência	944
3.	Traços Marcantes do Contrato de Distribuição	945
4.	Remuneração	945
5.	Extinção do Contrato	948

CAPÍTULO XII

CORRETAGEM 950

1.	Histórico e Conceito	950
2.	Sujeitos do Contrato de Corretagem	952
3.	Características do Contrato de Corretagem	954
4.	Direitos e Deveres do Corretor	956
5.	Remuneração do Corretor	958
6.	Extinção do Contrato de Corretagem	961

CAPÍTULO XIII

TRANSPORTE 962

1.	Introdução: Histórico e Importância do Tema	962
2.	Conceito e Natureza Jurídica	963
3.	Espécies de Transporte	967
4.	Disposições Gerais do Contrato de Transporte	968
5.	Transporte de Pessoas	970
6.	Transporte de Coisas ou de Mercadorias	978
7.	Direitos e Deveres do Transportador	982
8.	Direitos e Deveres do Passageiro	983

CAPÍTULO XIV

CONSTITUIÇÃO DE RENDA 984

1.	Conceito	984
2.	Características	985
3.	Da Vigência da Constituição de Renda	986

4. Um Específico Regramento de Nulidade	987
5. Do Direito e Obrigações dos Contratantes	987
6. Hipóteses de Extinção	988

CAPÍTULO XV

FIANÇA 989

1. Notas Introdutórias: Conceito e Características	989
2. Espécies de Fiança	994
3. Requisitos Subjetivos e Objetivos da Fiança Convencional	995
4. Efeitos da Fiança	998
4.1. Benefício de Ordem ou Excussão	998
4.2. Fiança Conjunta – Também Chamada de Coletiva ou Cofiança – e o Benefício de Divisão.....	999
4.3. Sub-rogação Legal	1000
4.4. Direito de Execução do Fiador em Virtude de Credor Desidioso.....	1001
5. Extinção ou Exoneração da Fiança.....	1001

CAPÍTULO XVI

DA TRANSAÇÃO 1006

1. Conceito e características.....	1006
2. Regime jurídico e espécies	1006
3. Extinção	1007

CAPÍTULO XVII

DO COMPROMISSO 1008

1. Conceito e características.....	1008
2. Regime jurídico.....	1008
3. Da extinção	1009

CAPÍTULO XVIII

DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA 1010

1. Conceito e características.....	1010
2. O agente de garantia.....	1012
3. Da extinção	1013

CAPÍTULO XIX

DO CONTRATO DE DEPÓSITO 1014

1. Conceito e características.....	1014
2. Da extinção	1017

CAPÍTULO XX

DO CONTRATO DE JOGO OU APOSTA..... 1018

1. Conceito e características.....	1018
2. Da extinção	1019

CAPÍTULO XXI**BREVES NOTAS SOBRE O CONTRATO DE SEGURO**

E OS IMPACTOS DA LEI 15.040/2024	1020
1. Notas introdutórias	1020
1.1. Conceito do contrato de seguro.....	1020
1.2. Terminologias importantes: sinistro, prêmio, indenização, apólice e bilhete.....	1022
1.3. Da territorialidade, da aplicação exclusiva da lei brasileira, da competência e do foro ...	1024
1.4. Da eficácia e do interesse legítimo.	1025
1.5. Da interpretação do contrato.....	1025
1.6. Da prova do contrato	1026
2. Da formação e da duração do contrato.	1027
3. Do risco e das proteções contratuais obrigatórias	1029
4. Dos intervenientes do contrato.....	1030
5. Do seguro em favor de terceiro	1031
6. Da mora e da resolução	1032
7. Do cosseguro e do seguro cumulativo.....	1033
8. Do resseguro	1034
9. Da regulação e da liquidação de sinistros.	1035
10. Do seguro de dano.	1037
11. Do seguro de responsabilidade civil	1038
12. Do seguro sobre a vida e a integridade física.	1040
13. Dos seguros obrigatórios.....	1045
14. Da prescrição.....	1045
15. O contrato de seguro de vida enquanto título executivo extrajudicial.....	1046

PARTE VII**PARTE ESPECIAL****REAIS****CAPÍTULO I****INTRODUÇÃO AOS DIREITOS REAIS** 1050

1. A Constitucionalização dos Direitos Reais e o seu Conceito	1050
2. Relações Patrimoniais: Direitos Reais x Direitos Obrigacionais.....	1053
2.1. Zona de Confluência: Obrigações <i>Propter Rem</i> , Obrigações de Ônus Real e Obrigações de Eficácia Real	1056
2.2. Distinção entre Direitos Obrigacionais, Reais e da Personalidade	1059
3. A Classificação dos Direitos Reais.....	1060

CAPÍTULO II**POSSE.....** 1062

1. Nota Introdutória. Por que Proteger a Posse?	1062
2. Teorias Explicativas	1063

3.	Mas Afinal, O Que é a Posse?	1065
4.	Posse <i>versus</i> Detenção	1069
5.	A Aquisição da Posse	1071
6.	A Perda da Posse	1074
7.	Classificação da Posse	1075
7.1.	Posse Direta <i>versus</i> Posse Indireta. Os Desdobramentos da Posse	1075
7.2.	Composse ou compossessão	1076
7.3.	Posse Justa <i>versus</i> Posse Injusta. Vícios Objetivos da Posse	1078
7.4.	Posse de Boa-fé <i>versus</i> Posse de Má-fé. Vícios Subjetivos da Posse	1079
7.4.1.	Consequências da Boa-Fé e da Má-Fé da Posse (Efeitos da Posse).....	1080
7.5.	Posse Nova e Posse Velha.....	1083
7.6.	Posse Natural e Posse Civil ou Jurídica	1084
7.7.	Posse <i>ad interdicta</i> e Posse <i>ad usucapionem</i>	1084
8.	A Tutela Dinâmica ou Jurisdicional da Posse. Ações Possessórias.....	1084
8.1.	Uma Medida Prévia: A Legítima Defesa da Posse e o Desforço <i>Incontinenti</i>	1085
8.2.	As Possessórias em Sentido Estrito: Reintegração da Posse, Manutenção da Posse e Interdito Proibitório.....	1086
8.3.	Notícias Processuais sobre as Possessórias em Sentido Estrito.....	1088
8.4.	Ações Possessórias em Sentido Amplo	1091

CAPÍTULO III

PROPRIEDADE..... 1102

1.	Breve Evolução Histórica.....	1102
2.	Teorias Explicativas do Surgimento da Propriedade	1104
3.	A Função Social da Propriedade	1105
4.	Conceito. Afinal, O que é a Propriedade?	1108
5.	Extensão e Caracteres	1110
6.	Descoberta	1111
7.	Modalidades.....	1112
7.1.	Propriedade Resolúvel	1112
7.1.1.	Propriedade Resolúvel Fiduciária	1113
7.2.	Propriedade Aparente.....	1117
8.	Formas de Aquisição da Propriedade Imóvel.....	1118
8.1.	Acessões Naturais e Artificiais.....	1119
8.2.	Aquisição pela Usucapião de Bem Imóvel.....	1122
8.3.	Aquisição do Bem Imóvel pelo Registro do Título.....	1142
8.4.	A Promessa de Compra e Venda de Imóvel e o Direito Real de Aquisição da Propriedade do Promitente Comprador: Compromisso Irretratável de Compra e Venda de Imóveis	1145
9.	Formas de Aquisição da Propriedade Móvel (arts. 1.260/1.274, CC).....	1156
10.	A perda da propriedade (arts. 1.275 e 1.276, CC)	1160
11.	Responsabilidade civil do proprietário	1162
12.	Aspectos Processuais: A Tutela Jurídica da Propriedade	1162

CAPÍTULO IV**CONDOMÍNIO 1164**

1. Notas Introdutórias: Pluralidade de Sujeitos e Unicidade de Objeto 1164
 - 1.1. Espécies ou Modalidades de Condomínio 1166
 - 1.1.1. Condomínio Geral (Comum ou Tradicional). Modalidade Voluntária 1167
 - 1.1.2. Condomínio Edilício ou por Unidades Autônomas 1175
 - 1.1.3. Condomínio de Lotes 1193
 - 1.1.4. O *Time-Sharing* ou a Multipropriedade Imobiliária 1195
 - 1.1.5. O Fundo de Investimento 1201

CAPÍTULO V**DIREITO DE VIZINHANÇA 1203**

1. Visão Geral do Direito de Vizinhança no Código Civil 1203
2. Conceito do Direito de Vizinhança 1206
 - 2.1. A Vedação ao Uso Anormal da Propriedade 1206
 - 2.2. Árvores Limítrofes 1208
 - 2.3. Passagem Forçada e Passagem de Cabos e Tubulações 1209
 - 2.4. Das Águas 1211
 - 2.5. Dos Limites entre os Prédios: Direito de Tapagem 1213
 - 2.6. Direito de Construir 1216

CAPÍTULO VI**DIREITOS REAIS DE GOZO E FRUIÇÃO NA COISA ALHEIA 1219**

1. Nota Introdutória 1219
2. Do Direito de Superfície 1220
3. Do direito real de laje 1224
4. Das Servidões 1228
 - 4.1. Classificação das Servidões 1228
 - 4.2. Forma de Constituição das Servidões 1230
 - 4.3. Do Exercício das Servidões 1231
 - 4.4. Da Extinção das Servidões 1232
5. Do Usufruto 1233
 - 5.1. Formas de Constituição 1233
 - 5.2. Características do Usufruto 1235
 - 5.3. Direitos e Deveres do Usufrutuário 1236
 - 5.4. Usufruto de Título de Crédito 1238
 - 5.5. Usufruto sobre Rebanho 1238
 - 5.6. A Extinção do Usufruto 1239
6. Do Uso 1241
7. Da Habitação 1243

CAPÍTULO VII**DIREITOS REAIS DE GARANTIA 1247**

1. Noções Introdutórias. Teoria Geral 1247

2.	Caracteres dos Direitos Reais de Garantia.....	1248
3.	Requisitos dos Direitos Reais de Garantia.....	1250
4.	Princípios Específicos dos Direitos Reais de Garantia	1252
5.	Do Penhor.....	1253
5.1.	Direitos do Credor Pignoratício	1255
5.2.	Deveres do Credor Pignoratício.....	1255
5.3.	Modalidades de Penhor Especiais	1257
5.3.1.	Penhor Rural	1257
5.3.2.	Penhor Industrial e Mercantil	1259
5.3.3.	Penhor de Direitos e Títulos de Créditos.....	1260
5.3.4.	Penhor de Veículos.....	1262
5.3.5.	Penhor Legal.....	1263
5.4.	Da Extinção do Penhor	1265
6.	Hipoteca	1266
6.1.	Modalidades de Hipoteca.....	1269
6.1.1.	Hipoteca Convencional	1269
6.1.2.	Hipoteca Legal.....	1270
6.1.3.	Hipoteca Judiciária	1271
6.1.4.	Hipotecas Especiais de Navios e Aeronaves	1271
6.1.5.	Hipoteca Censual	1271
6.2.	Remissão da Hipoteca	1272
6.3.	Extinção da Hipoteca.....	1272
7.	Anticrese	1273

PARTE VIII

PARTE ESPECIAL

FAMÍLIAS

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS FAMÍLIAS..... 1276

1.	Conceito Dinamizado pela Perspectiva Histórico-Axiológica	1276
1.1.	Qual a Natureza Jurídica da Família? Seria Pessoa Jurídica?	1278
2.	A Família e a Teoria da Irradiação. A Constitucionalização do Direito das Famílias.....	1278
3.	Princípios do Direito das Famílias	1280
3.1.	Afetividade.....	1281
3.1.1.	Teoria do Desamor ou a Tese do Abandono Paterno Filial.....	1284
3.1.2.	Repercussões Infraconstitucionais do Princípio do Afeto. Em Especial: A Síndrome da Alienação Parental	1288
3.2.	Pluralismo das Entidades Familiares	1292
3.3.	Solidariedade Familiar.....	1295
3.4.	Igualdade entre os Consortes.....	1296

3.5.	Melhor Interesse.....	1297
3.6.	Proteção à pessoa idosa.....	1301
3.7.	Isonomia Filial	1302
3.8.	Facilitação da Dissolução do Casamento	1302
3.9.	Facilitação da Conversão da União Estável em Casamento	1303
3.10.	Planejamento Familiar e Paternidade Responsável	1306
3.11.	Monogamia: Princípio Familiarista?	1308
3.12.	Intervenção Mínima.....	1310
3.13.	A Função Social da Família	1313
3.14.	Um Novo Código de Processo Civil e o Processo das Famílias.....	1314

CAPÍTULO II

CASAMENTO..... 1317

1.	Notas Históricas, Natureza Jurídica e Conceito	1317
1.1.	Corrente Publicista.....	1319
1.2.	Corrente Privatista	1319
1.2.1.	Corrente Contratualista	1319
1.2.2.	Corrente Institucionalista	1320
1.2.3.	Corrente Mista ou Eclética	1320
1.2.4.	Corrente do Ato-Condição	1320
1.2.5.	Conclusões	1321
2.	Modalidades (espécies) de Casamento	1322
2.1.	Modalidades Gerais, Comuns ou Típicas.....	1322
2.1.1.	Casamento Civil.....	1322
2.1.2.	Casamento religioso com efeito civil.....	1322
2.2.	Modalidades Especiais, incomuns ou atípicas	1325
2.2.1.	Casamento por procuração	1325
2.2.2.	Casamento Nuncupativo, <i>in articulo mortis</i> ou <i>in extremis</i>	1326
2.2.3.	Casamento com moléstia grave	1327
2.2.4.	Casamento celebrado fora do país.....	1327
2.2.4.1.	Casamento celebrado fora do país por autoridade brasileira.....	1327
2.2.4.2.	Casamento celebrado fora do país por autoridade estrangeira...	1328
3.	Promessa de casamento ou Esponsais.....	1329
4.	Princípios específicos do Casamento.....	1330
4.1.	Princípio da comunhão plena de vida.....	1330
4.2.	Princípio da monogamia	1331
4.3.	Princípio da livre união	1331
5.	Finalidade do casamento	1332
6.	A Existência do Casamento	1332
7.	Da Validade do Casamento. Capacidade para Casar (Capacidade Núbil).....	1334
8.	Habilitação para o Casamento.....	1336
8.1.	O incidente da oposição ao pedido de habilitação	1339

8.2. Impedimentos matrimoniais	1339
8.3. Causas suspensivas	1341
9. Celebração do casamento	1342
10. Prova do casamento	1343
11. Casamento nulo	1343
12. Casamento anulável.....	1344
13. Plano da eficácia (efeitos do casamento)	1347
13.1. Eficácia Social	1348
13.2. Eficácia Pessoal.....	1349
13.3. Eficácia patrimonial: regime de bens	1351
13.4. Espécies de Regime de bens.....	1361
13.5. Doações antenupciais	1370
14. Vênia ou Outorga Conjugal.....	1371
15. Extinção do casamento: até que a morte os separe?	1376
15.1. O Fim da Separação Judicial: Tema 1053, STF.....	1378
15.2. Divórcio.....	1379

CAPÍTULO III

DIREITO CONVIVENCIAL..... 1381

1. Recorte Metodológico	1381
2. Concubinato <i>versus</i> União Estável	1381
2.1. O Antigo Concubinato Puro e a Atual União Estável	1382
2.1.1. Deveres Pessoais na União Estável.....	1386
2.1.2. Deveres Patrimoniais na União Estável. O Regime de Bens. Contrato de Convivência, Contrato de Namoro e Declaração de União Estável	1387
2.2. O Concubinato (Impuro)	1394
2.2.1. A Tutela Jurisdicional das Relações Concubinárias: O que fazer com os concubinatos e as famílias paralelas? Teses Doutrinárias e Jurisprudenciais	1394
2.2.2. Novos Rumos à Tutela Jurisdicional das Relações Concubinárias. A União Estável Putativa e o Concubinato Consentido.....	1400

CAPÍTULO IV

PARENTESCO..... 1404

1. O Parentesco sob a Lente da Constituição Federal	1404
2. O Conceito de Parentesco e a Importância do Assunto.....	1406
3. Vínculo Parental: linhas e graus. Modalidades	1408
4. Filiação.....	1412
4.1. Gestação de Útero Alheio.....	1413
4.1.1. O caso “Baby M” – New Jersey (EUA)	1415
4.1.2. A pluriparentalidade ou multiparentalidade: teoria tridimensional da filiação.....	1415

4.2.	Sistema de Presunção de Filiação	1416
4.3.	Investigação de Paternidade.....	1425
4.3.1.	Competência para Processar e Julgar a Ação de Investigação de Paternidade	1428
4.3.2.	A questão dos alimentos ante a Investigação de Paternidade.....	1429
4.3.3.	O Exame do DNA e a investigação de paternidade	1433
4.3.4.	O Procedimento Administrativo de Averiguação Oficiosa	1435
4.3.5.	Litisconsórcio passivo facultativo e a <i>Exceptio Plurium Concubentium</i> (Exceção de Múltiplos Relacionamentos). Questões Processuais	1436
4.3.6.	Coisa Julgada na Ação de Investigação de Paternidade	1437
4.4.	Ação contestatória ou negatória de paternidade.....	1440
5.	A socioafetividade e a filiação	1442
6.	Reconhecimento de filhos extraconjugais ou extraconvivenciais. Reconhecimento voluntário de filiação. A perfilhação	1446

CAPÍTULO V

ALIMENTOS	1449
1. Recorte Epistemológico	1449
2. Os alimentos, a solidariedade familiar e a dignidade humana.....	1449
3. Sujeitos Obrigados	1451
4. Conceito, caracteres e natureza jurídica	1454
4.1. Caráter personalíssimo	1455
4.2. Irrenunciabilidade	1457
4.3. Atualidade.....	1458
4.4. Futuridade ou Irretroatividade	1460
4.5. A imprescritibilidade	1461
4.6. A intransmissibilidade	1462
4.7. A subsidiariedade	1464
4.8. Irrepetibilidade.....	1466
4.9. Incompensabilidade	1467
4.10. Impenhorabilidade.....	1467
4.11. Reciprocidade	1468
5. Obrigação alimentar e dever assistencial alimentar.....	1468
6. Alimentos na conjugalidade e na união estável: assistência mútua x alimentos. Os alimentos transitórios e os alimentos compensatórios	1469
6.1. Alimentos para depois do divórcio	1476
7. Alimentos entre parentes	1477
8. Classificação dos alimentos.....	1481
8.1. Quanto à origem.....	1482
8.2. Quanto à extensão.....	1484
8.3. Quanto à finalidade	1484
9. Aspectos processuais sobre alimentos: breves notas	1486

CAPÍTULO VI**PODER FAMILIAR. GUARDA. TUTELA E CURATELA..... 1494**

1.	Nota Explicativa.....	1494
2.	Do Poder Familiar.....	1494
2.1.	Disposições gerais.....	1495
2.2.	O Exercício do Poder Familiar e o seu Conteúdo.....	1496
2.3.	Do Usufruto Legal e da Administração dos Bens.....	1498
2.4.	A Suspensão e a Extinção do Poder Familiar.....	1499
3.	Guarda.....	1501
4.	Tutela.....	1506
5.	Curatela.....	1512
5.1.	A Tomada da Decisão Apoiada e os Impactos do Estatuto da Pessoa Com Deficiência sobre o Código Civil.....	1520

CAPÍTULO VII**BEM DE FAMÍLIA..... 1522**

1.	Histórico.....	1522
2.	Conceito e Natureza Jurídica.....	1523
3.	O Sistema Dualista Brasileiro.....	1525
3.1.	Bem de Família Legal, Cogente, Involuntário ou Obrigatório.....	1526
3.2.	Bem de Família Convencional, Não Cogente, Voluntário ou Facultativo.....	1536

JURISPRUDÊNCIA EM TESES DO STJ..... 1539

TESE 200 – Bem de Família II.....	1539
TESE 201 – Bem de Família III.....	1540
TESE 202 – Bem de Família IV.....	1541
TESE 203 – Bem de Família V.....	1542
TESE 204 – Bem de Família VI.....	1543

PARTE IX**PARTE ESPECIAL****SUCESSÕES****CAPÍTULO I****INTRODUÇÃO AO DIREITO SUCESSÓRIO..... 1546**

1.	O Significado da Expressão Direito Sucessório.....	1546
2.	O Conteúdo do Direito Hereditário.....	1547
3.	Pressupostos do Direito Hereditário.....	1549
4.	O Fundamento do Direito Sucessório.....	1550
5.	Algumas Situações nas Quais os problemas Hereditários serão Resolvidos por normas jurídicas específicas.....	1551
6.	Natureza Jurídica da herança: indivisibilidade da herança e juízo universal.....	1553

7. As Pessoas Jurídicas de Direito Público e o Direito Hereditário.....	1554
8. O Pacto de Corvina.....	1556
9. Princípios Específicos do Direito Hereditário	1557
9.1. Princípio da <i>Saisine</i> ou <i>Droit Saisine</i>	1557
9.2. Princípio da Coexistência	1560
9.3. Princípio da Intangibilidade da Legítima.....	1560
9.4. <i>Tempus Regit Actum</i>	1562
10. Conceitos Fundamentais	1563

CAPÍTULO II

DA SUCESSÃO EM GERAL 1565

1. Modalidades de sucessão.....	1565
2. O Juízo Competente para Abertura do Inventário	1566
3. Capacidade e Legitimação para Suceder.....	1570
4. Dos Excluídos da Sucessão por Indignidade.....	1574
4.1. A Necessidade de Sentença Judicial	1575
4.2. Causas de Exclusão por Indignidade.....	1576
4.3. Efeitos da Indignidade.....	1577
4.4. A Reabilitação do Indigno.....	1578
5. Aceitação ou Adição da Herança.....	1578
5.1. Modalidades de Aceitação	1579
5.2. O Conteúdo da Aceitação	1581
6. Renúncia da Herança	1581
7. Cessão da Herança ou Cessão de Direitos Hereditários.....	1585
8. Herança Jacente e Herança Vacante	1587
8.1. Natureza Jurídica	1588
8.2. Casos de Jacência	1589
8.3. O procedimento da Jacência e os Prazos dos Editais	1589
8.4. A Vacância	1590
8.5. Natureza Jurídica da Sentença de Vacância	1591

CAPÍTULO III

DA SUCESSÃO LEGÍTIMA..... 1592

1. Ordem de Vocação Hereditária.....	1592
2. Sucessão na Descendência	1594
3. Direito de Representação	1595
3.1. Requisitos do Direito de Representação.....	1597
4. Os Casos em Que o Cônjuge Concorre com os Descendentes	1598
5. Sucessão dos Ascendentes	1602
6. Sucessão do Cônjuge	1603
6.1. O Art. 1.830 e a Separação Há Mais de Dois Anos.....	1604
6.2. O Direito Real de Habitação	1606
6.3. O Piso Hereditário Mínimo Do Cônjuge Residual.....	1609

7.	Sucessão dos Colaterais.....	1610
8.	O Código Civil e a Sucessão Na União Estável.....	1611
8.1.	A Concorrência Sucessória Simultânea do Companheiro e do Cônjuge Sobrevivente.....	1612
8.2.	O Direito de Habitação na União Estável.....	1613

CAPÍTULO IV

DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA 1614

1.	Do Testamento em Geral.....	1614
1.1.	Capacidade Testamentária.....	1617
2.	Formas Ordinárias, Comuns ou Vulgares de Testamento.....	1618
2.1.	Testamento Público.....	1619
2.2.	Testamento Cerrado, secreto ou místico.....	1621
2.3.	Testamento Particular ou hológrafo.....	1623
3.	Dos Codicilos.....	1623
4.	Dos Testamentos Especiais: Formas Especiais de Testamento.....	1625
5.	Das Disposições Testamentárias.....	1626
6.	Dos Legados.....	1628
6.1.	Dos Efeitos do Legado e seu Pagamento.....	1631
6.2.	Dos Frutos e dos Juros da Coisa Legada.....	1632
6.3.	Do legado de renda ou pensão periódica.....	1633
6.4.	Da Caducidade dos Legados.....	1633
7.	Do Direito de Acrescer e dos Rateios.....	1634
8.	Das Substituições.....	1636
9.	Deserdação.....	1638
10.	Da Redução das Disposições Testamentárias.....	1639
11.	Da Revogação do Testamento.....	1640
12.	Do Rompimento do Testamento.....	1641
13.	Do Testamenteiro.....	1641
14.	Dos Sonegados.....	1643
15.	Da Colação.....	1646

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 1651